

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

TVR N.º 667, DE 2013

(MENSAGEM 140, DE 2013)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria N.º 610, de 01 de julho de 2010, que outorga permissão a Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada no Município de Califórnia, Estado do Paraná.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Oliveira Filho

1. RELATÓRIO

De conformidade com o artigo 49, inciso XII, combinado com o parágrafo primeiro do artigo 223, da Constituição Federal, a Presidência da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, o ato que outorga permissão a Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. par explorar , pelo prazo de dez anos , sem direito de exclusividade o serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada.

Atendendo ao disposto no parágrafo terceiro do artigo 223 da Constituição Federal, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeito após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão nos termos do inciso III, alínea “h”, do artigo 32 do regimento Interno.

2. VOTO DO RELATOR

A outorga do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão é regulada pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as modificações do Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996. O Poder Executivo informa que a documentação apresentada pela Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. atendeu aos requisitos da legislação específica e obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se a vencedora da concorrência para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Não obstante, não foi anexada ao processo a documentação prevista no item “f”, inciso I, art. 2º do Ato Normativo nº 1, de 2007, desta Comissão no que se refere ao extrato de tramitação do processo no Ministério das Comunicações e na Presidência da República. Em atendimento ao disposto no item 5 da Recomendação nº 1, de 2007, desta Comissão, informamos que o processo teve início no Ministério das Comunicações em 2002, com a publicação do Edital de Concorrência 12/2002. Informamos ainda que o processo foi homologado pelo Ministério conforme o DOU de 17 de maio 2010 e outorgado pela Portaria Ministerial 610, publicada no DOU de 5 de julho 2010 seção 1 página 41. A Presidência da República remeteu o presente processo ao Congresso Nacional, segundo a mensagem 140 de 9 de abril de 2013, item 3 publicada no DOU de 10 de abril 2013 na seção 1 página 1.

Sendo assim, a análise deste processo pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática baseada no Ato Normativo nº

01, de 2007, e na Recomendação nº 01, de 2007, aponta que o mesmo poderia ser homologado.

Ocorre que, ao se analisar com maior profundidade o processo licitatório que levou a outorga da concessão à Sinal Brasileiro de

Comunicação Ltda., há claros indícios de problemas, os quais relacionaremos a seguir.

Sendo assim solicitamos que essa comissão endosse nosso parecer baseado nos fatos abaixo

1. Segundo informação do site do Ministério das Comunicações, a empresa vencedora tem como sócias as Senhoras Katiuscia Raserá com 1% do capital social e a Sra. Simone de Oliveira Albuquerque, administradora da sociedade com 99% das cotas.
2. De posse de uma certidão simplificada obtida junto a Junta Comercial do Distrito Federal, obtivemos a informação que a sociedade foi alterada e a Sra. Simone deixou a sociedade, substituindo-a com 99% das cotas o Sr. Eduardo Wagner de Albuquerque Raserá.
3. Com essa alteração o controle acionário da sociedade passa para o Sr. Eduardo e a dirigente também é substituída (a certidão simplificada não menciona quem é o dirigente da sociedade), pois a dirigente não faz mais parte do quadro societário.
4. Aqui tivemos duas infrações da lei 4117 em seu artigo 38.
5. No item c do artigo 38 da lei 4117, segundo o publicado no DOU de 23 de dezembro 2002. Seção 1 página dois, fica claro que
“ a alteração de objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle acionário e a transferência de concessão, permissão ou da autorização dependem para sua validade de prévia anuência do órgão competente do poder executivo”

Assim sendo fica claro que a entidade trocou o seu dirigente e o controle acionário, e como isso não consta do SIACCO (Sistema de Controle Acionário da Anatel e MC) isso foi feito sem a autorização do poder executivo, sendo portanto nula de pleno direito.

Gostaríamos de sublinhar que temos pleno conhecimento que na primeira semana do mês de junho o Dep. João Arruda aprovou uma outorga para esta entidade no município de Cambira, (TVR 668). Decisões semelhantes foram tomadas por nossos colegas na relatoria de processos para Pontal do Paraná Pr e Barbacena MG. De modo algum queremos macular o relatório de nossos colegas de comissão, pois certamente eles não tinham conhecimento desta alteração que macula o certame para a localidade de Califórnia e as demais.

Queremos também sublinhar que a entidade não pretende cumprir os ditames da legislação. Para comprovar isso anexamos o DOU de 25 de junho de 2012 (pg 1 e 2) que remete ao Congresso a outorga para exame do serviço de Televisão em Macapá. Logo a seguir achamos o DOU de 10 de junho de 2013 seção 3 página 155 que multa a entidade por colocar a estação no ar, claramente sem a devida autorização, pois o Congresso ainda não a aprovou.

Chegou ao nosso gabinete após nossa designação como relator, uma cópia de um instrumento de avenças, que transfere a outorga de Cambira, também outorgada a empresa Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. a um terceiro, o que é vedado pela legislação vigente. Esse negócio nebuloso e a margem da lei foi realizado com o Sr. Marcos Roberto Vrenna, CPF 796.960909-00, residente em Londrina Pr, como mostra o documento do Contrato de Avenças que temos cópias em mãos e será encaminhado a essa comissão e a qualquer dos meus pares que o solicite. De posse desta informação, solicitamos informações a Anatel em seu escritório no Paraná.

Fomos então prontamente atendidos pelo gerente Regional no Paraná, Sr. Celso Francisco Zemman, que nos forneceu relatórios, que também podem ser fornecidos aos membros desta comissão, onde fica claro que a Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda, em conjunto com o Sr. Marcos Roberto Vrenna, já colocou em funcionamento a estação de Cambira, mesmo sem a deliberação do Congresso Nacional. Além disso o Sr. Marcos Roberto Vrenna fica caracterizado como infrator contumaz, já que ele colocou no ar por duas vezes uma emissora em Pitanga, sem autorização legal alguma. Repare que na manifestação da Anatel existe um fone para contato em Brasília, sede da Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda.

Além disso o citado Sr. Marcos Roberto Vrenna violou lacre oficial, o que é crime. Fica então claro que a Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. não só pratica irregularidades, como age a revelia da legislação vigente em afronta ao Congresso Nacional e ao poder Concedente mas também se associa a criminosos (romper lacres oficiais é crime) para realizar negócios ilícitos.

Assim queremos nos colocar a vossa disposição para maiores esclarecimentos e solicitar que os membros desta comissão acompanhem nosso parecer pela rejeição da TVR 667 e a consequente devolução deste processo ao MC para que seja reformulada a decisão proferida.

Caso essa casa concorde que existem no processo indícios de crime, somos de parecer que o mesmo seja enviado a polícia federal para averiguações.

Diante das irregularidades apontadas não nos resta outra opção a não ser propor a rejeição do TRV 667/2013 em análise.

Diante de todo o exposto, somos pela REJEIÇÃO do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2013.

Deputado Oliveira Filho

Relator

Anexos

- Espelho da composição acionária informada ao poder concedente obtida no site da Anatel
- Composição acionária real obtida na Junta Comercial do Distrito Federal
- DOU relativo a remessa ao Congresso da outorga de Macapa e multa aplicada pelo MC a mesma entidade.
- Contrato de Avenças firmado pela entidade com o Sr. Marcos Roberto Vrenna
- Manifestação do Escritório da Anatel no Parana acerca das irregularidades cometidas em associação com o Sr. Marcos Roberto Vrenna.



SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS - SINREM
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 1/1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | | | |
|---|-------------------------------|--|-----------------------------|
| Nome Empresarial | | | |
| SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA | | | |
| Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA | | | |
| Número de identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) | CNPJ | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo | Data de Início de Atividade |
| 53.2.0160405-5 | 04.974.589/0001-09 | 09/12/2009 | 01/04/2002 |
| Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) | | | |
| SHS QD 06 C1 A BL E SL 424, ED. BRASIL XXI, ASA SUL, BRASÍLIA, DF, 70.318-902 | | | |
| Atividade(s) Econômica(s) | | | |
| 8010-100 ATIVIDADES DE RÁDIO 7319-099 OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE | | | |
| Objeto Social | | | |
| SERVIÇOS DE TV A CABO, ASSIM COMPREENDIDO COMO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES ABERTO ABERTO A CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, E QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS DE VÍDEO E/OU ÁUDIO A ASSINANTES, MEDIANTE TRANSPORTE POR MEIOS FÍSICOS, E DE RADIOFUSÃO SONORA; RADIOFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TELEVISÃO) INCLUINDO RETRANSMISSÃO E GERAÇÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO; TV A CABO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS MULTIPONTO MULTICANAL (MMDS), QUE SE UTILIZA DE FAIXA DE MICROONDAS PARA TRANSMITIR SINAIS ASEREM RECEBIDAS EM PONTOS DETERMINADOS DENTRO DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; EXPLORAÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM GERAL, ATRAVÉS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS PELO PODER PÚBLICO, DE CONFORMIDADE COM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. | | | |
| Capital: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) | | Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) | Prazo de Duração |
| Capital Integralizado: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) | | NÃO | INDETERMINADO |
| Sócio/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato | | | |
| Nome/CPF ou CNPJ | Participação no capital (R\$) | Espécie de Sócio | Administrador |
| KATJUSCIA ROSERA 028.055.069-03 | 500,00 | SÓCIO | XXXXXXXXXX |
| SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE 116.411.263-53 | 49.500,00 | SÓCIO | XXXXXXXXXX |
| Último Arquivamento | | | Situação |
| Data: 21/02/2013 | Número: 20130198577 | CANCELADA-MEI | |
| Ato: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESÁRIO | | | Status |
| Evento (s): 918 - CANCELAMENTO DE ARQUIVAMENTO DE ATO | | | |
| Filial(es) nesta Unidade da Federação ou fora dela | | | |
| Observações: | | | |

BRASÍLIA-DF, 25 de março de 2013

MÔNICA AMORIM MEIRA
SECRETÁRIA-GERAL

Perfil das Empresas - SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA

CNPJ: 04974569000109

Presidente:

Endereço: SHS QUADRA - SETOR HOTELEIRO SUL

E-mail: rasera@rasera.com.br

Capital Social: 50.000,00

Reserva de Capital:

Total: 50.000,00

Quadro Societário

| CNPJ / CPF | NOME | Qtd. Cotas | Vlr. Cotas |
|----------------|--------------------------------|---------------|------------|
| 028.055.009-03 | KATIUSCIA RASERA | 500 | 500,00 |
| 116.411.263-53 | SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE | 49.500 | 49.500,00 |

Conselho

Diretoria

| CNPJ / CPF | NOME | Cargo | INDICAÇÃO |
|----------------|--------------------------------|----------------|-----------|
| 116.411.263-53 | SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE | ADMINISTRADORA | |

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1]

[Ir]

[Reg]



Art. 3º O contrato decorrente do concurso deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012, 191ª de Independência e 129ª de República.

DILMA ROUSSEFF
Paula Bernardi Silva

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012

Concede concessão a Empresa de Comunicação Pimenta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campos Gerais, Estado de Paraná.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53003/00040/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão a Empresa de Comunicação Pimenta Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, seu direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campos Gerais, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente do concurso deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012, 191ª de Independência e 129ª de República.

DILMA ROUSSEFF
Paula Bernardi Silva

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012

Concede concessão a TV Pioneira de Maré das Cruzes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Colônia, Estado de São Paulo.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53003/00040/2001-39, e de acordo com o que consta do Processo nº 0152002-33/0001,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão a TV Pioneira de Maré das Cruzes Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, seu direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Colônia, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente do concurso deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012, 191ª de Independência e 129ª de República.

DILMA ROUSSEFF
Paula Bernardi Silva

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 274, de 22 de junho de 2012. Comunico ao Congresso Nacional que foram autorizadas, conforme Despachos de 21 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, as transferências individuais, para outros grupos de emissoras, do controle societário das Rádio Record de Curitiba Ltda., Rádio Pôrta Voz de Curitiba Ltda., e Rádio Difusora Amadora de Chapinópolis Ltda., concessões de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, nos municípios de Curitiba, Curitiba e Chapinópolis, Estado do Paraná.

Nº 275, de 22 de junho de 2012. Comunico ao Congresso Nacional que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Mirante Ltda. das concessões outorgadas à Rádio Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos Municípios de Rematãpolis e Sanga, Estado do Mato Grosso.

Nº 276, de 22 de junho de 2012. Encaminho ao Congresso Nacional dos atos constantes dos Decretos de 21 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2012, que revoam concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar, seu direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias.

- 1 - Rádio Santa Cruz AM Ltda., no município de Santa Cruz - RN;
- 2 - Rádio Radiodifusão Ltda., no município de Porto Alegre - RS.

Nº 277, de 22 de junho de 2012. Encaminho ao Congresso Nacional das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para exercerem, pelo prazo de dez anos, seu direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria no 20, de 17 de fevereiro de 2011 - Organização Comunitária Rádio Educadora Alagoas, no município de Petrópolis - PE;
- 2 - Portaria no 22, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Educadora e Cultural de Estância, no município de Porto Velho - RO;
- 3 - Portaria no 27, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Comunitária Unidos por Fátima, no município de Fátima dos Góes - SC;

- 4 - Portaria no 31, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Maracá, no município de Maracá - SP;

- 5 - Portaria no 31, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Comunitária Macaense Amigos da Cultura - ACRAC, no município de Macaense - MG;

- 6 - Portaria no 39, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Camatãpolis - ARCC, no município de Camatãpolis - RN;

- 7 - Portaria no 41, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Comunitária de Rádio Voz da Capital, no município de Serra Leão - MG;

- 8 - Portaria no 46, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho - Bóia, no município de Sobradinho - BA;

- 9 - Portaria no 47, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação de Promoção do Desenvolvimento de São-Antônio, no município de Corumbá - BA;

- 10 - Portaria no 52, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação de Difusão Comunitária Alternativa FM, no município de São Roque do Canaã - ES;

- 11 - Portaria no 54, de 17 de fevereiro de 2011 - Associação Comunitária Cultura Viva do Município de Jataí, no município de Jataí - AM;

- 12 - Portaria no 71, de 22 de março de 2011 - Associação Cultural Rádio Comunitária Turvo, no município de Turvo - PR;

- 13 - Portaria no 120, de 19 de maio de 2011 - Associação Cultural de Integração e Desenvolvimento de Quatro Barras (AICQBS), no município de Quatro Barras - PR;

- 14 - Portaria no 126, de 17 de maio de 2011 - Associação Progresso do Distrito de Bezerro - APDB, no município de Formosa - GO;

- 15 - Portaria no 129, de 19 de maio de 2011 - Associação Educadora e Cultural Comunitária Nossa Senhora do Carmo, no município de Monte Carmelo - MG;

- 16 - Portaria no 131, de 24 de maio de 2011 - Associação Comunitária Mariana Viago Araújo, no município de Pira do Norte - BA;

- 17 - Portaria no 144, de 24 de maio de 2011 - Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arvores - ACERA-TRES, no município de Três Arvores - RS;

- 18 - Portaria no 150, de 24 de maio de 2011 - Associação Comunitária São Francisco e Região - ASCOMFAR, no município de Goiana - GO;

- 19 - Portaria no 155, de 24 de maio de 2011 - Associação Comunitária Amizade de Pervale Ipt, no município de São Paulo das Matas - RJ;

- 20 - Portaria no 160, de 24 de maio de 2011 - Associação Comunitária União FM, no município de Guarapari - SP;

- 21 - Portaria no 169, de 6 de junho de 2011 - Associação de Manutenção de Radiodifusão Comunitária de Lajeado, no município de Lajeado - BA;

- 22 - Portaria no 172, de 6 de junho de 2011 - Instituto Municipal Francisco de Comunicação e Desenvolvimento Socio-Econômico de Paulo Afonso, no município de Paulo Afonso - BA;

- 23 - Portaria no 173, de 6 de junho de 2011 - Associação Comunitária Unidos do Bairro de Minas, no município de Bento de Minas - MG;

- 24 - Portaria no 174, de 6 de junho de 2011 - Associação Comunitária Pedrinópolis de Radiodifusão, no município de Pedra Branca - MG;

- 25 - Portaria no 178, de 6 de junho de 2011 - Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais e Mandacari de Bairro Comunitário José Dias, no município de Caxaci - PE;

- 26 - Portaria no 181, de 6 de junho de 2011 - Associação Comunitária e Cultural de Salvador do Sul, no município de Salvador do Sul - RS;

- 27 - Portaria no 182, de 6 de junho de 2011 - Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Santo Simão - ACORASANTÃO, no município de Santo Simão - RS;

- 28 - Portaria no 186, de 6 de junho de 2011 - Associação de Comunicação e Cultura de Turvo, no município de Turvo - SC;

- 29 - Portaria no 189, de 6 de junho de 2011 - Associação Cultural Piquet Rio São Lourenço, no município de Japuíba - SP;

- 30 - Portaria no 17, de 20 de janeiro de 2012 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Tatuá, no município de Tatuá - TO;

- 31 - Portaria no 72, de 10 de fevereiro de 2012 - Associação Rádio Comunitária Kennedy FM, no município de Presidente Kennedy - TO;

- 32 - Portaria no 119, de 2 de março de 2012 - Associação Rádio Comunitária Aguiarópolis, no município de Aguiarópolis - TO;

- 33 - Portaria no 174, de 21 de março de 2012 - Associação Rádio Comunitária Ribeira FM, no município de Durvinópolis - TO.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRESA NACIONAL

DILMA ROUSSEFF
Presidente da República

CELESTINO HOFMANN
Ministro de Estado do Casa Civil

HERNANDEZ TOLEDO DE SOUZA VERA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de comunicações, editais, avisos e manifestos

JOSE LUIZ ALMEIDA OLIVEIRA
Coordenador-Geral da Publicação da Imprensa

ALEXANDRE DE LIMA ALMEIDA
Coordenador de Redação e Circulação da Imprensa Oficial

RENATO LUIS CHAGAS PINO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de produtos impressos e eletrônicos.

Imprensa Nacional S.A. - CNPJ 06.763.040/0001-01
Endereço: Rua 100, nº 100, CEP 70610-000, Brasília - DF
Telefone: (61) 3033-0000 e 3033-0001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.cnj.br/imprensaoficial>, pelo código 0001201206250002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX N° 121

Brasília - DF, segunda-feira, 25 de junho de 2012



Sumário

| | PÁGINA |
|---|--------|
| Atos do Poder Executivo..... | 1 |
| Presidência da República..... | 2 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento..... | 4 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação..... | 5 |
| Ministério da Cultura..... | 5 |
| Ministério da Defesa..... | 6 |
| Ministério da Educação..... | 7 |
| Ministério da Fazenda..... | 22 |
| Ministério da Integração Nacional..... | 32 |
| Ministério da Justiça..... | 33 |
| Ministério da Previdência Social..... | 39 |
| Ministério da Saúde..... | 40 |
| Ministério das Cidades..... | 68 |
| Ministério das Comunicações..... | 69 |
| Ministério de Minas e Energia..... | 72 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome..... | 76 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior..... | 76 |
| Ministério do Esporte..... | 89 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão..... | 93 |
| Ministério dos Transportes..... | 93 |
| Conselho Nacional do Ministério Público..... | 102 |
| Ministério Público da União..... | 102 |
| Tribunal de Contas da União..... | 111 |
| Poder Judiciário..... | 115 |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais..... | 125 |

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.764, DE 22 DE JUNHO DE 2012

Altera o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001,

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS | | | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--|
| Páginas | Dólar Federal | Dólar Externo | |
| de 02 a 28 | R\$ 0,30 | R\$ 1,80 | |
| de 29 a 76 | R\$ 0,50 | R\$ 2,00 | |
| de 80 a 156 | R\$ 1,10 | R\$ 2,60 | |
| de 160 a 250 | R\$ 1,50 | R\$ 3,00 | |
| de 254 a 500 | R\$ 3,00 | R\$ 4,50 | |

*Acima de 500 páginas - preço da tabela mais o adicional de páginas multilicenciadas por R\$ 0,9107.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/diario.html>, pelo código 00012012062500001

DECRETO :

Art. 1º O Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º As alíquotas específicas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE, previstas no art. 3º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, ficam reduzidas a zero para os seguintes produtos:

- I - querosene de aviação;
- II - demais querosenes;
- III - óleos combustíveis com alto teor de enxofre;
- IV - óleos combustíveis com baixo teor de enxofre;
- V - gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de xisto;
- VI - álcool etílico combustível;
- VII - gasolinas e suas correntes; e
- VIII - diesel e suas correntes." (NR)

"Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.591, de 28 de outubro de 2011.

Brasília, 22 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guilherme Montenegro

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012

Outorga concessão a Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53790.000701/2002-26, Concorrência nº 158/2001-SSR/MC,

DECRETO :

Art. 1º Fica outorgada concessão a Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012

Outorga concessão a Rádio e Televisão Século 21 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.019795/2010, Concorrência nº 003/2010-CEL/MC,

DECRETO :

Art. 1º Fica outorgada concessão a Rádio e Televisão Século 21 Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012

Outorga concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53600.008410/2002-35, Concorrência nº 014/2002-SSR/MC,

DECRETO :

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



| | | | | | | |
|----|----------------------|-------------------|--|----|---|---|
| SP | Cajuru | 53000.053002/2009 | RÁDIO CULTURA DE CAJURU LTDA | OM | 4130013/CGAO/DEAASCE- MC de 06/03/2012 | Art. 55 do Decreto nº 52.795/63 |
| MS | Glicéria de Dourados | 53000.060832/2009 | REDE REGIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA | OM | 10970013/CGAO/DEAASCE- MC de 28/03/2012 | Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações |
| RO | Colorado do Oeste | 53000.033120/2011 | RÁDIO AMAZÔNIA DE COLORADO DO OESTE LTDA | FM | 10782013/CGAO/DEAASCE- MC de 28/03/2012 | Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações |
| MG | Itaú Horizonta | 53000.019705/2011 | LIBERDADE-EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA | OM | 7140013/CGAO/DEAASCE- MC de 12/03/2012 | Alínea "g" do item 12 do art. 28 do Decreto nº 52.795/63 |
| CE | Juazeiro do Norte | 53000.033578/2011 | RÁDIO VALE DO CARIRI LTDA | OM | 640013/CGAO/DEAASCE- MC de 26/03/2012 | Art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações |
| PR | Londrina | 53000.044259/2009 | RÁDIO TUPÍ DE LONDRINA LTDA | OM | 150013/CGAO/DEAASCE- MC de 21/01/2012 | Item 12, alíneas "b" e "f" do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão |
| MG | Bambuí | 53000.039150/2011 | RÁDIO WANDER DE ANDRADE LTDA | FM | 7180013/CGAO/DEAASCE- MC de 12/03/2012 | Art. 62 do CBT e o disposto no alínea "f" do inciso 12 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão |
| AC | Rio Branco | 53000.044745/2011 | REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA | TV | 7120013/CGAO/DEAASCE- MC de 12/03/2012 | Subítem 5.1 e 7.1, alínea "c" da Norma Complementar MC nº 01/2006 |
| SP | São Paulo | 53000.031400/2009 | RÁDIO AMÉRICA S/A | OM | 21002013/CGAO/DEAASCE- MC de 06/01/2012 | Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações |

O Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas, do Departamento de Acompanhamento e Análise de Serviços de Comunicação Eletrônica, da Secretaria de Comunicação Eletrônica, do Ministério das Comunicações, de conformidade com a competência conferida no art. 2º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2013, NOTIFICA, por meio desta Edital, as entidades abaixo indicadas a exercerem o direito de defesa, no prazo de cinco dias, contado da publicação desta, conforme o disposto no art. 66 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), com redação dada pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, uma vez que todas as tentativas de entrega de notificação efetuadas pelos Correios foram frustradas. A defesa deverá ser encaminhada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - Anexo - Ala Oeste - 3º Andar - CEP: 70.044-900 - Brasília - DF. Este Edital encontra-se disponível também na página do Ministério das Comunicações na Internet, no sítio: www.mec.gov.br.

JORGE FRANKLIN MONTEIRO VIANA

ANEXO

| UF | LOCALIDADE | PROCESSO | NOME DA ENTIDADE/AUTO E/OU RELATÓRIO/MEMORANDO | SERVIÇO | Nº E DATA DO OFÍCIO | ENQUADRAMENTO |
|----|-------------------------|-------------------|--|---------|--|---|
| AM | Macapá | 53000.034480/2012 | SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO SC LTDA | TV | 24702013/CGAO/DEAASCE-MC DE 05/12/2012 | Art. 42 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63 |
| CE | Itaboraí | 53000.057000/2009 | RÁDIO FM SERRA DE ITABORAÍ LTDA | OM | 10602013/CGAO/DEAASCE-MC DE 04/06/2012 | Item 1 do art. 28 do RSR |
| RS | Santa Augusta | 53000.044202/2009 | RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA | FM | 2020013/CGAO/DEAASCE-MC DE 04/06/2012 | Item 1 do art. 28 do RSR |
| RS | Madalena | 53000.012400/2009 | RÁDIO CAMPANHEIRA FM LTDA | FM | 2030013/CGAO/DEAASCE-MC DE 04/06/2012 | Item 1 do art. 28 do RSR |
| MS | Campo Grande | 53000.060830/2009 | SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL SC LTDA | TV | 01/01/2013/CGAO/DEAASCE-MC DE 02/01/2013 | Art. 71, §§ 2º e 3º, do CBT |
| SC | Joaquim | 53000.011670/2012 | RÁDIO FLORESTA NEGRA LTDA | FM | 1902013/CGAO/DEAASCE-MC DE 06/03/2012 | Art. 28, inciso 12, alínea "f" do RSR, modificada pelo Decreto nº 98.067 |
| SP | São Paulo | 53000.018701/2011 | TV ÔMEGA LTDA | TV | 55/01/2013/CGAO/DEAASCE-MC DE 15/02/2012 | Art. 38, alínea "d" do Código Brasileiro de Telecomunicações |
| CE | Fortaleza | 53000.044300/2011 | TV ÔMEGA LTDA | TV | 7100013/CGAO/DEAASCE-MC DE 10/05/2011 | Item 5.1 e 7.1, alínea "c" da Norma Complementar 01/2006-MC |
| GO | Goiânia | 53000.014255/2012 | RÁDIO JORNAL DE GOIÁS LTDA | OM | 55/01/2013/CGAO/DEAASCE-MC DE 06/07/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| BR | Cachoeira do Sul | 53000.050054/2012 | RÁDIO VALE DO JACUÍ LTDA | OM | 19252013/CGAO/DEAASCE-MC DE 12/03/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| MT | Cuiabá | 53000.007720/2012 | RÁDIO CAPITAL DO ARAGUAIA LTDA | FM | 3420013/CGAO/DEAASCE-MC DE 02/07/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| RO | Nova Mamoré | 53000.004016/2013 | SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA | FM | 4030013/CGAO/DEAASCE-MC DE 04/02/2013 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| SP | Santa Cruz Cabralia | 53000.050620/2012 | RÁDIO JORNAL DE FUNAPOLOS LTDA | OM | 26347013/CGAO/DEAASCE-MC DE 12/12/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| SP | Santa Cruz do Rio Pardo | 53000.002777/2013 | REAL CAPELÂNDIA FM LTDA - ME | OM | 19462013/CGAO/DEAASCE-MC DE 26/03/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| MS | Marão Novo | 53000.015902/2012 | EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANHEIRA LTDA | OM | 12970013/CGAO/DEAASCE-MC DE 17/04/2012 | Art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| CE | Independência | 53000.040015/2012 | RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA | FM | 6850013/CGAO/DEAASCE-MC DE 08/03/2012 | Art. 55 do RSR e/ou subitem 4.1 da Norma MC nº 490 |
| MG | Ipatinga | 53000.017003/2012 | RÁDIO LIBERTAS DO VALE DO AÇO LTDA | FM | 7820013/CGAO/DEAASCE-MC DE 21/03/2012 | Art. 42 e/ou Art. 112, Item 34 do RSR |
| MS | Jaura | 53000.040470/2012 | SISTEMA JAURI DE RADIODIFUSÃO LTDA | FM | 6730013/CGAO/DEAASCE-MC DE 06/03/2012 | Art. 62 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |
| RN | Macau | 53000.040500/2012 | W.H.Z. EMPRESA JORNALÍSTICA E DE RADIODIFUSÃO LTDA | FM | 6810013/CGAO/DEAASCE-MC DE 07/03/2012 | Art. 62 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações |

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE 6 DE JUNHO DE 2013

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido e arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - DF.

| UF | LOCALIDADE | Nº DO PROCESSO | NOME DA ENTIDADE | Nº DO OFÍCIO E DATA | MOTIVO DA DEVOLUÇÃO |
|----|------------------|-------------------|---|---------------------|---------------------|
| MA | IMBUI DO ROZARIO | 53000.064180/2011 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE IMBUI DO ROZARIO | 0449 DE 12/12/2012 | NÃO PROCURADO |
| MS | TRÊS LAGOAS | 53000.010370/2012 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS | 288 DE 25/01/2013 | NEUTRO-SE |
| PE | ALIANÇA | 53000.033277/2011 | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO TERCEIRO DISTRITO DE ALIANÇA | 53 DE 09/01/2013 | NÃO PROCURADO |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013061000155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2013

Rejeita o ato que outorga permissão a Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Califórnia, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É rejeitado o ato constante da Portaria nº 610, de 01 de julho de 2010, que outorga permissão Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Califórnia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Oliveira Filho

Relator